



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**INSPEÇÃO CORREICIONAL**

**VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAGOMINAS**

<b>Comarca</b>	Paragominas
<b>Unidade inspecionada</b>	Vara Criminal
<b>Competência</b>	Feitos de natureza penal e execução penal, exceto Juizado Especial Criminal.
<b>Data da Inspeção/Edital</b>	07 e 08/05/2024 - Edital de Correição n. 02/2024-CGJ, publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 23/02/2024.
<b>Responsável pelo preenchimento do questionário na Unidade</b>	Pollyana Braz Bezerra Cavalcanti - Diretora de Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Paragominas – desde 30 abril de 2016, conforme Portaria n. 2730/2016-GP.



Foto: Registro dos trabalhos de Inspeção correicional na Comarca de Paragominas – 07 e 08/05/2024



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**1. INFORMAÇÕES GERAIS (Dados funcionais e Administrativos):**

**1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:**

**Anotação da Unidade:** Juíza Titular da Vara Criminal da Comarca de Paragominas: Dra. Kátia Tatiana Amorim de Sousa- Titularidade: 23/05/2023, DJE nº 7602/2023, de 23 de maio de 2023. *Exercício:* A partir de 12/06/2023.

**1.2. Afastamentos do(a) magistrado(a) nos últimos 03 (três) meses:**

- a) Férias: 01/02/2024 a 20/02/2024
- b) Folgas compensatórias: 29 a 31 de janeiro de 2024 e 10 a 15 de março de 2024
- c) Licenças: nenhuma

**1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão em que houve atuação do(a) magistrado(a)?**

**Anotação da Unidade:** O último plantão realizado pela Vara Criminal de Paragominas foi no período de 01/04/2024 a 07/04/2024.

**Observação da Corregedoria:** Durante a inspeção a Unidade se encontrava em plantão iniciado no dia 06/05/2024 e que se estenderia até o dia 13/05/2024 (segunda-feira).

**1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

**Anotação da Unidade:** O PJEcor nº 0001023-51.2024.2.00.0814 foi respondido à Corregedoria sobre reformulação de plano de trabalho da Vara Criminal de Paragominas. O último Siga Doc que estava pendente foi TJPA-MEM-2024/19207, com pedido de Tempo Integral para 3 servidores da Vara criminal de Paragominas e foi indeferido em 25/04/2024, portanto, não há mais pendência de resposta à Presidência, Corregedoria, etc.

**Observação da Corregedoria:** A Diretora de Secretaria da CGJ, Claudiana Hage, expediu certidão nos seguintes termos: “*Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria,*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

*usando o parâmetro: "Paragominas –Vara Criminal - TJPa", não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação; Informo ainda, que foi localizado expedientes administrativos em andamento, a saber: PP 0001023-51.2024.2.00.0814 (Conclusos com manifestação), CorOrd 0000767-11.2024.2.00.0814 (Distribuído/ Conclusos); Informo por derradeiro, que nada foi localizado em desfavor da magistrada Titular da Vara, Dra. **Kátia Tatiana Amorim de Sousa**".*

**1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?**

**Anotação da Unidade:** Dia 15/04/2024.

**Observação da Corregedoria:** A Unidade encaminhou na autocorreção do ano corrente o plano de ação respectivo, contudo, com prazo final de execução para agosto/2024. Encerrada a força tarefa para o julgamento dos processos do PAPJ, a Unidade deve complementar o plano de trabalho de agosto à dezembro de 2024 para alcance das metas do CNJ e movimentação do PP+100.

**2. CORPO FUNCIONAL:**

**2.1. Quadro de pessoal:**

**2.1.1 Secretaria**

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/terceirizado)
Pollyana Braz Bezerra Cavalcanti	Vínculo efetivo – Analista Judiciário
Renata do Socorro Batista Sepeda	Vínculo efetivo – Analista Judiciário
Jose Raimundo Santos de Oliveira	Vínculo efetivo – Analista Judiciário
Shirley Andrey Lima da Silva	Vínculo efetivo – Auxiliar Judiciário
Luiza Marta Sousa do Nascimento	Vínculo efetivo – Auxiliar Judiciário – em gozo de licença



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

	maternidade até o mês de agosto/2024
Everton Cairo Lima Dias	Vínculo efetivo – Auxiliar Judiciário
Aldilene Oliveira da Silva	Cedida da Prefeitura Municipal
Josiane Jose Teodoro dos Santos	Cedida da Prefeitura Municipal
Leandra Rocha Andrade	Estagiária
Gilberto Luiz dos Santos Filho	Estagiário

**2.1.2. Gabinete:**

<b>Nome</b>	<b>Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/ terceirizado)</b>
Paulo Henrique Alves Martins	Exclusivamente Comissionado
Adney Luis de Andrade Castro	Vínculo efetivo – Analista Judiciário
Gilmar Jose Bogo	Estagiário

**QUADRO FUNCIONAL TOTAL DA UNIDADE:**

<b>Vínculo do(a) servidor(a)</b>	<b>Quantitativo</b>
<b>Efetivos(as)</b>	7
<b>Exclusivamente comissionados</b>	1
<b>Cedidos(as)/Requisitados(as)</b>	2
<b>Estagiários(as)</b>	3
<b>Terceirizados(as)</b>	0

**Observação da Corregedoria:** Nas ausências e afastamentos a Diretora de Secretaria é substituída pelo servidor José Raimundo Santos de Oliveira.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Anotação da Unidade: Não há servidores em teletrabalho.

2.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial?

Anotação da Unidade: O sistema de controle da produtividade dos servidores da secretaria da Vara Criminal de Paragominas é realizado através do PAINEL DE GESTÃO DE ATIVIDADES do Gestão Judiciária.

Observação da Corregedoria: O Painel de Gestão de Atividades aponta os seguintes índices:

RELATÓRIOS DO 1º GRAU

Fonte: Base de dados do TJPA

Atualizado até: 06/05/2024 00:00:00

LIBRA | PIE1G | PIE2G | SEEU

SELECCIONA UM PERÍODO: 01/01/2024 | 06/05/2024

RESUMO

NOME DO SERVIDOR	DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
<input type="checkbox"/> ADINEY LUIS DE ANDRADE CASTRO	<input type="checkbox"/> ALDILENE OLIVEIRA DA SILVA	5.669	8.693	2.183
<input type="checkbox"/> ALDILENE OLIVEIRA DA SILVA	<input type="checkbox"/> POLLYANA BRAZ BEZERRA CAVALCANTI	4.454	11.512	2.258
<input type="checkbox"/> EVERTON CAIRO LIMA DIAS	<input type="checkbox"/> RENATA DO SOCORRO BATISTA SEPEDA	3.448	487	546
<input type="checkbox"/> GILBERTO LUIZ DOS SANTOS FILHO	<input type="checkbox"/> SHIRLEY ANDREY LIMA DA SILVA	2.834	1.796	1.035
<input type="checkbox"/> GILMAR JOSE BOGO	<input type="checkbox"/> JOSE RAIMUNDO SANTOS DE OLIVEIRA	1.769	2.963	745
<input type="checkbox"/> JOSE RAIMUNDO SANTOS DE OLIVEIRA	<input type="checkbox"/> EVERTON CAIRO LIMA DIAS	1.194	568	110
<input type="checkbox"/> JOSIANE JOSE TEODORO DOS SANTOS	<input type="checkbox"/> ADINEY LUIS DE ANDRADE CASTRO	564	930	466
<input type="checkbox"/> LEANDRA ROCHA ANDRADE	<input type="checkbox"/> JOSIANE JOSE TEODORO DOS SANTOS	215	618	159
<input type="checkbox"/> LUIZA MARTA SOUSA DO NASCIMENTO	<input type="checkbox"/> GILMAR JOSE BOGO	68	819	633
<input type="checkbox"/> POLLYANA BRAZ BEZERRA CAVALCANTI	<b>Total</b>	<b>20.215</b>	<b>28.386</b>	<b>4.332</b>
<input type="checkbox"/> RENATA DO SOCORRO BATISTA SEPEDA				
<input type="checkbox"/> SHIRLEY ANDREY LIMA DA SILVA				

RELATÓRIOS DO 1º GRAU

Fonte: Base de dados do TJPA

Atualizado até: 06/05/2024 00:00:00

PIE1G

SELECCIONA UM PERÍODO: 01/01/2024 | 06/05/2024

RESUMO

NOME DO SERVIDOR	DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
<input type="checkbox"/> PAULO HENRIQUE ALVES MARTINS	<input type="checkbox"/> PAULO HENRIQUE ALVES MARTINS	430	1.706	1.162
	<b>Total</b>	<b>430</b>	<b>1.706</b>	<b>1.162</b>

Constatou-se a necessidade de **ajustes nas lotações** do servidor e estagiário que atuam no Gabinete do Juízo, para que suas produtividades reflitam a realidade da natureza das funções que executam. Sugere-se que a magistrada titular expeça ofício à Secretaria de Gestão de Pessoas para que seja realizada a correção no sistema Menthorh.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:**

**3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais porventura identificados na última correição tanto do Gabinete quanto da Secretaria? Qual a última movimentação do expediente?**

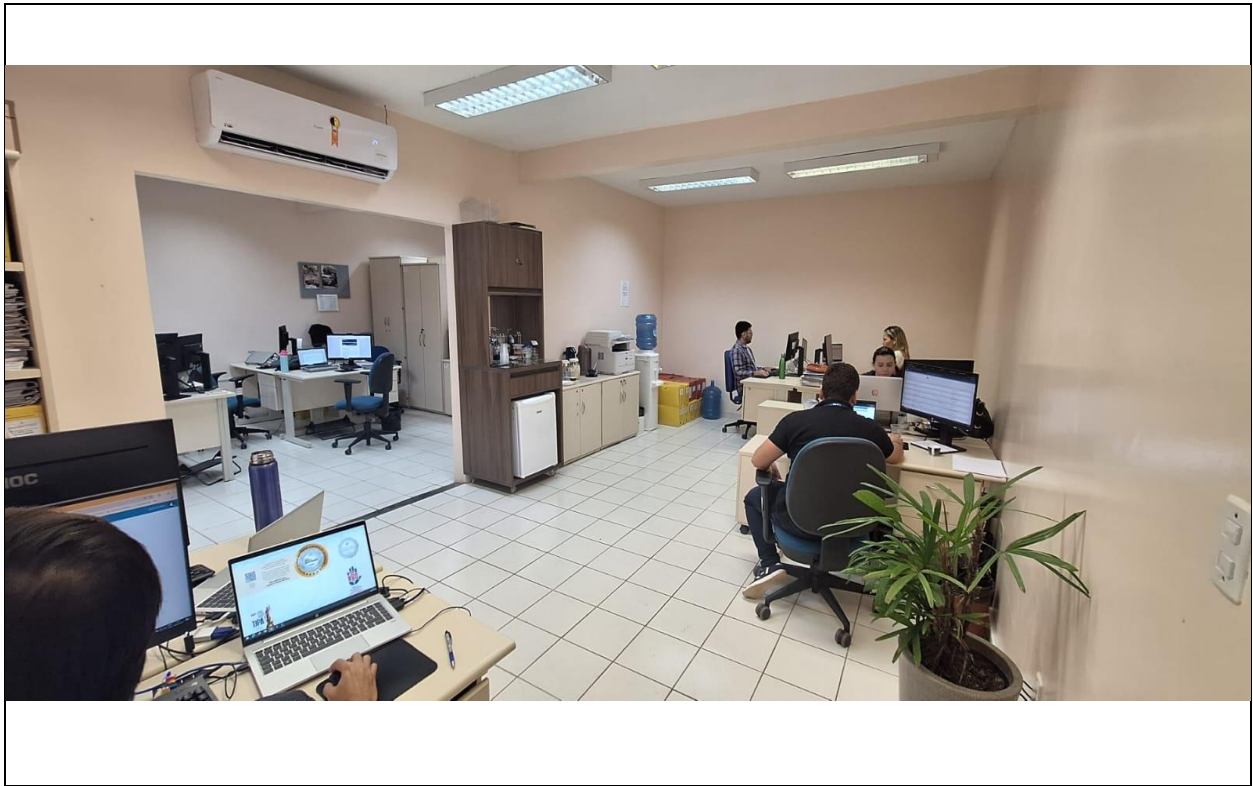
**Anotação da Unidade:** Problemas estruturais já foram resolvidos na última reforma do Fórum de Paragominas em 2023.

**Observação da Corregedoria:** A Unidade está instalada em uma sala conjugada, ampla e bem organizada, havendo um balcão para atendimento externo. Durante a inspeção, estavam sendo realizados ajustes no ambiente, considerando que uma parte da sala será disponibilizada para a OAB/PA, uma vez que a atual sala da OAB está sendo adaptada (PAREQ 2024/03159) para abrigar as futuras dependências da 2ª Vara Criminal da Comarca, criada pela Lei 6.810, de 10 de janeiro de 2006 e a ser instalada (PAPRO 2019/04434).





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



**4. DADOS ESTATÍSTICOS:**

**4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:**

Data da coleta de dados pela Unidade: 30/04/2024

Dados processuais	Total no período do preenchimento do questionário	Total na data da Inspeção
Total de processos que compõem o acervo ativo	3.938	3.954
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	1.288	1.287
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	5.160	5.241



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Total do acervo com prioridade	1.012	1.026
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	111	121
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	1.622	1.648
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	312	274
Total de processos envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	13	12
Total de processos julgados e não baixados	607	620

#### 4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (entrada de feitos/ distribuição/ redistribuição)

Processos judiciais	Quantidade
Total de processos distribuídos e redistribuídos	<b>654</b> (fonte: PGJ de 05/02 a 05/05/2024)
Total de processos julgados	<b>360</b> (fonte: PGJ – período de 05/02 a 05/05/2024)
Total de processos baixados definitivamente do acervo	<b>289</b> (fonte: Painel do PIB – período de 01/02 até 30/04/2024)

#### RESULTADO FINAL DE BAIXAS 2023:

PIB 2023 - RESULTADO FINAL - UNIDADES COM META CUMPRIDA - Selo "Unidade de alta Produtividade"

DECOMARCA	DEUNIDADE	META DE BAIXAS	BAIXAS	CUMPRIMENTO
PARAGOMINAS	VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS	887	487	54,88%

**Observação da Corregedoria:** A Vara Criminal de Paragominas, antes da titularização da magistrada Katia Tatiana Amorim de Sousa e após a remoção do juiz David Guilherme de

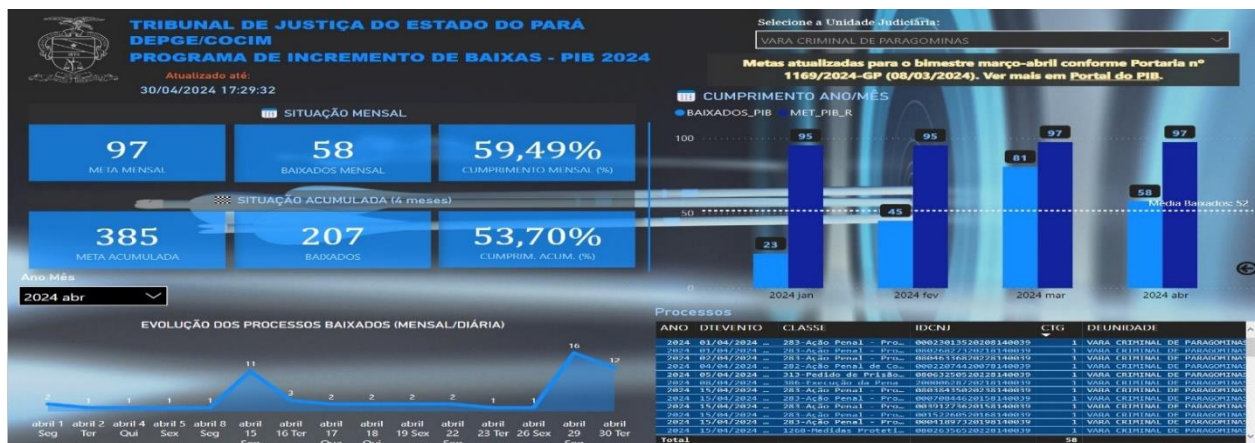




PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Paiva Albano, permaneceu 07 (sete) meses sem magistrado titular, o que, segundo informado, resultou no prejuízo da performance da Unidade nos itens de baixa processual, considerando que os magistrados que respondiam temporariamente pela Unidade, atuavam prioritariamente nos feitos e audiências que envolviam réus presos provisórios.

**RESULTADO PARCIAL DE BAIXAS 2024:**



**4.3. PRODUTIVIDADE DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) NOS ÚLTIMO 03 (TRÊS) MESES:**

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária/ identificar a produtividade individualizada por magistrado que tenha atuado na Unidade no período

Atos processuais dos(as) Juízes/Juízas –	Quantidade
<b>Dra. Kátia Tatiana Amorim de Sousa</b>	
Decisões interlocutórias	1.418
Despachos	106
Sentenças com resolução de mérito	222
Sentenças sem resolução de mérito	10
Audiências realizadas	363
<b>Dr<sup>a</sup>. Adrielli Aparecida Cardozo Beltramini</b>	
Decisões interlocutórias	231
Despachos	81



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Sentenças com resolução de mérito	36
Sentenças sem resolução de mérito	10
Audiências realizadas	80
<b>Atos processuais dos(as) Juízes/Juízas – Dr. Wander Luís Bernardo</b>	<b>Quantidade</b>
Decisões interlocutórias	144
Despachos	20
Sentenças com resolução de mérito	57
Sentenças sem resolução de mérito	07
Audiências realizadas	67

## 5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na Unidade? Em caso positivo, anexar cópia.

**Anotação da Unidade:** Quem realiza o acompanhamento dos indicadores de cumprimento das Metas Nacionais é a magistrada, o assessor e a diretora de Secretaria.

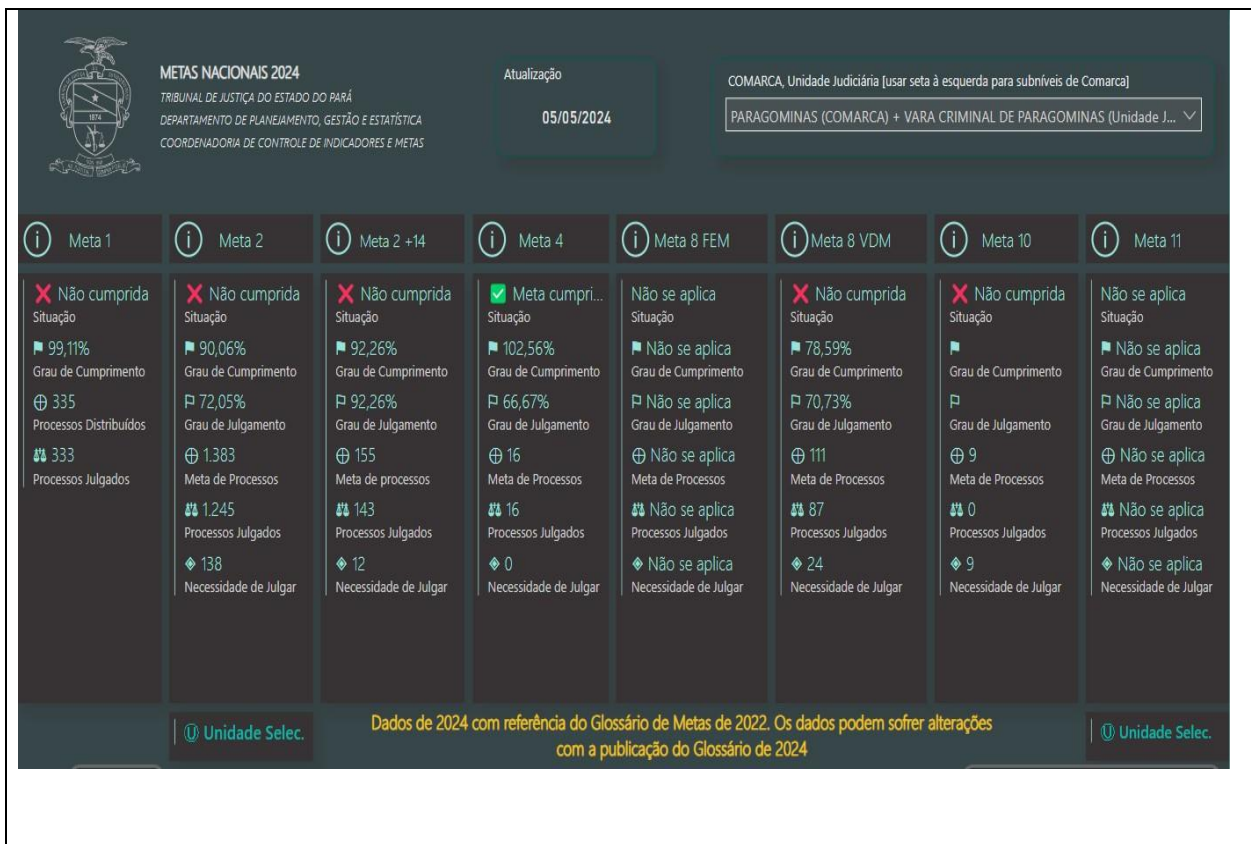
**Observação da Corregedoria:** No ano de 2023 a Unidade alcançou todas as Metas Nacionais. No ano corrente, os índices de Meta 1 se encontram satisfatórios, da Meta 2 restam **138** processos pendentes de julgamento, da Meta 2+14 há **12** pendentes.





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



## 6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

### 6.1. Sobre o fluxo processual assinala as etapas que são operacionalizadas:

- (2) Fluxo processual: triagem, conferência e correção de cadastro de classes e assuntos processuais;
- (1) Conferência e registro de todas as informações de todos(as) os(as) réus(rés) (*nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço*)
- (3) Análise, controle e tempo médio para análise de processos vindos do Gabinete;
- (6) Movimentação processual;
- (7) Elaboração de minutas e revisão;
- (6) Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- (8) Gestão do acervo: são controlados os prazos de vencimento de benefícios?
- (4) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- (5) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

constantes da aba “*Informações Criminais*”

**6.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo?** *(Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

**Anotação da Unidade:** Quando um procedimento em fase pré-processual entra no fluxo de processos da Vara Criminal como processo novo, identificamos a classe e competência do procedimento e impulsionamos através de ato ordinatório o feito ao Ministério Público para manifestação. Caso seja Medida Cautelar Sigilosa, fazemos conclusos os autos e após o despacho, encaminhamos ao Ministério Público. Após a tramitação dos autos, colocamos etiqueta que identifica a fase processual. Ex. Ag. remessa de Inquérito Policial réus soltos/presos ou aguardando manifestação do MP e o prazo. Na tramitação colocamos o prazo para o MP se manifestar e/ou autoridade policial. O Sistema sinaliza através da cx. “verificar manifestação”, quando decorreu o prazo. Se houve manifestação, fazemos conclusos os autos. Se não houver manifestação, reiteramos o ato ordinatório e renovamos o prazo para manifestação. Todos os processos na fase pré-processual ficam na cx. de Aguardando Inquérito.

**6.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”?** *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

**Anotação da Unidade:** O atendimento ao público é realizado de forma presencial, no balcão da secretaria, através do balcão virtual e por e-mail funcional da vara criminal de Paragominas. Há 02 servidores disponíveis para atendimento ao público.

**Observação da Corregedoria:** A Corregedoria Geral demandou a Unidade pelo Balcão




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Virtual e houve atendimento satisfatório. Situação reportada por alguns advogados durante a inspeção se refere aos atendimentos pelo aplicativo *whatsapp* da Unidade. Mencionaram que o atendimento é deficitário, pois muitas vezes ficam sem atendimento. Ocorre que, conforme informado, o aparelho celular fica no Gabinete do Juízo, para encaminhamento dos links aos participantes das audiências do dia. A Diretora de Secretaria informou que o link é devidamente encaminhado com antecedência, contudo, no momento da audiência, sempre são solicitados e por esta razão se faz necessária a utilização do celular no Gabinete. Nesta situação, **sugere-se** que o atendimento externo da Unidade seja priorizado no Balcão Virtual, realizando-se uma escala de servidores para seu atendimento, nos termos do artigo 10 da Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2024, considerando que o atendimento no balcão presencial é bem intenso e a servidora que atualmente atende no Balcão virtual, também atende presencialmente. No que se refere ao atendimento de advogados pela magistrada, este ocorre por agendamento, conforme calendário apresentado à equipe de inspeção.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Bem vindo(a) ao nosso canal de atendimento on-line.




Você está em: **Vara Criminal da Comarca de Paragominas**  
Nosso horário de atendimento é de **segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira, das 08:00 às 14:00**  
Vamos lá?  
Por favor, aguarde para ser atendido!

Ok! Você já está na fila de atendimento

**1**  
Sua posição  
Protocolo: #990975

**1**  
Pessoas na fila






PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

**Bem vindo(a) ao nosso canal de atendimento on-line.**




Você está em: **Vara Criminal da Comarca de Paragominas**  
Nosso horário de atendimento é de **segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira, das 08:00 às 14:00**  
Vamos lá?  
Por favor aguarde para ser atendido!

**Próximo! Agora é sua vez**

Sua vez chegou, clique no botão abaixo para entrar no atendimento.

**Entrar no atendimento**

00:57



**Balcão Virtual** Início Painel de Atendimento Atividade Sobre

**Vara Criminal da Comarca de Paragominas**

Hoje 7 dias 30 dias 60 dias

7 Solicitações de atendimento  
5 Atendimento realizado

1.148 Total de solicitações registradas  
815 Total de processos realizados  
4 Total de processos ativos

**Visão geral de atendimentos**

Hoje 7 dias 30 dias 60 dias

71% Atendimentos realizados  
29% Atendimentos esperados ou cancelados  
0% Agendamento atendimento

**Relatório de atendimentos**

7 dias 30 dias 60 dias

Nov 30 Nov 1 Nov 2 Nov 3 Nov 4 Nov 5 Nov 6 Nov 7

Total de solicitações de atendimento | Média de solicitações de atendimento | Total de atendimentos realizados | Total de atendimentos não realizados

Novas solicitações | Atendimentos iniciados | Atendimentos finalizados | Solicitações expiradas

Status do Atendimento	Atendido por	Horário da solicitação	Tempo de espera	Horário atendimento	Horário encerramento	Tempo de atendimento
#157134 Atendimento encerrado	AS ALDILENE OLIVEIRA DA SILVA	10:24	02m46s	10:27	10:32	04m49s
#614144 Atendimento encerrado	AS ALDILENE OLIVEIRA DA SILVA	10:40	17m09s	10:57	10:58	00m51s
#148825 Atendimento encerrado	AS ALDILENE OLIVEIRA DA SILVA	10:57			11:01	
#745694 Atendimento encerrado	AS ALDILENE OLIVEIRA DA SILVA	11:15	01m06s	11:16	11:31	14m07s
#900375 Atendimento encerrado	AS ALDILENE OLIVEIRA DA SILVA	12:19			12:21	

6.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? (Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação do nome do réu, número do processo, capitulação penal, registro INFOPEN/BNMP, data da



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

*prisão, estabelecimento de custódia, última movimentação e data da mais recente revisão da necessidade de prisão, conforme dispõe o artigo 316 do CPP)*

**Anotação da Unidade:** Há **73** processos de presos provisórios em tramitação na Vara Criminal da Comarca de Paragominas. Identificamos os processos de réus presos retificando a autuação do processo, tornando prioridade réu preso, no qual passa a identificar com algemas os autos. Identificamos os autos com etiquetas “RÉU PRESO” e possuímos uma planilha elaborada no Excel, na qual encontra-se todos os réus presos provisórios, relacionados com número do processo, capitulação penal, tipo de prisão, data da prisão, estabelecimento prisional, situação processual, filiação e cadastro no BNMP, no qual informamos o respectivo RJI.

**Observação da Corregedoria:** Durante a inspeção os servidores foram orientados a atentar para a coleta do CPF dos réus, sempre que possível. No dia da inspeção, a Unidade constava com **69 (sessenta e nove) presos provisórios**. Na análise do sistema PJE, verificou-se que a Unidade realiza controle de feitos envolvendo réus presos provisórios com a utilização de etiquetas. Há, contudo, necessidade de depuração das etiquetas, considerando a existência de etiquetas denominadas “RÉU PRESO” (caixa alta e com acento, com **141** processos vinculados), “REU PRESO” (caixa alta e sem acento, com **03** processos vinculados) e réu preso (letra minúscula, sem feitos vinculados).

ETIQUETAS

REU PRESO

Encontrados 3 processos.

APOrd 0806399-25.2023.8.1-  
Roubo Majorado  
/ Vara Criminal de Paragominas / J  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PAR.  
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: CONCLU  
[D] AÇÃO PENAL - PROCEDIMENT

APOrd 0017120-50.2015.8.1-  
Estupro de vulnerável  
/ Vara Criminal de Paragominas / J  
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO  
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: REMETI  
[D] AÇÃO PENAL - PROCEDIMENT

APOrd 0804465-03.2021.8.1-  
Roubo  
/ Vara Criminal de Paragominas / J  
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO  
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: JUNTAD  
[D] AÇÃO PENAL - PROCEDIMENT



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Na análise por amostragem verificou-se que a Unidade não possui rotina de alimentação dos dados de informações criminais, o que deve ser providenciado. Durante o workshop ministrado na inspeção os servidores foram orientados quanto ao correto preenchimento da aba (retificação de autuação).

As imagens mostram duas telas do sistema PJe. A primeira tela, no topo, é o cabeçalho de uma página com o número do processo 'Juri 0005389-18.2019.8.14.0039' e o nome do órgão 'MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ'. Abaixo, há abas para 'DADOS DA INVESTIGAÇÃO' e 'EVENTOS'. O conteúdo da aba 'EVENTOS' mostra a mensagem 'Nenhuma parte presente no polo passivo'. A segunda tela, na parte inferior, é o cabeçalho de uma página com o número do processo 'APOrd 0804931-26.2023.8.14.0039' e o nome do órgão 'DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PARAGOMINAS X'. Abaixo, há abas para 'DADOS DA INVESTIGAÇÃO' e 'EVENTOS CRIMINAIS'. O conteúdo da aba 'EVENTOS CRIMINAIS' mostra a mensagem 'Nenhum evento criminal cadastrado para esta parte.' e botões para '+ NOVO EVENTO' e '0 PENDÊNCIAS'. Há também um campo de busca com o texto 'REU' e um campo de texto com o número '030.672.872-90' e o nome 'DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ'.

**6.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias?** *(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

**Anotação da Unidade:** Há processos de réus presos provisórios tramitando há mais de 180 dias, que são aqueles processos em que houve decisão de pronúncia e interposição de





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Recurso em sentido estrito com remessa dos autos ao E.TJPA. Processos com vários réus ou com pendência de elaboração de Laudos Periciais, por vezes extrapolam o prazo de 180 dias, entretanto, a planilha de réus presos é analisada semanalmente e adotadas as providências em cada processo para que os autos não fiquem paralisados. Há revisão das prisões constantemente pelo Gabinete dos processos de réus presos provisórios.

**Observação da Corregedoria:** Na análise dos processos envolvendo réus presos provisórios, verificou-se que há **18 (dezoito) processos** em que o réu se encontra como preso **por prazo superior a 180 dias**.

Processos:

1. 0005389-18.2019.814.0039 – **preso em 22/06/2019** – réu pronunciado em 06/11/2020. Autos remetidos por desaforamento para a Comarca de São Miguel do Guamá (prisão renovada em 03/10/2024);
2. 0800555-65.2021.8.14.0039 – **preso em 27/08/2022** – réu pronunciado em 28/02/2024. Autos ao TJPA para apreciação de RESE. (Prisão preventiva renovada em 28 de fevereiro de 2024);
3. 0805732-73.2022.8.14.0039 – **preso em 02/11/2022** - réu pronunciado em 14/04/2023. defesa interpôs RESE em 16/05/2023. Ao TJPA em grau de recurso 31/08/2023 (Prisão preventiva renovada em 14 de abril de 2024)
4. 0802330-47.2023.8.14.0039 – **preso em 02/05/2023** - audiência designada para 13/05/2024, às 12h30min. (prisão renovada em 3 de maio 2024)
5. 0802458-67.2023.8.14.0039 - **preso em 07/05/2023** - Juri designado para dia 12/06/2024, aguardando cumprimento (prisão preventiva renovada em 2 de maio de 2024)
6. 0804779-46.2021.8.14.0039 - **preso em 19/05/2023** - júri designado para o dia 19/06/2024, às 09H (Prisão preventiva revista em 2 de maio de 2024)
7. 0804421-13.2023.814.0039 – **preso em 09/08/2023** – conclusos para sentença (prisão preventiva renovada em 06/05/2024)
8. 0804421-13.2023.814.0039 (2º réu) - **preso em 09/08/2023** – conclusos para sentença (prisão preventiva renovada em 06/05/2024)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

9. 0804931-26.2023.8.14.0039 - **preso em 29/08/2023** - conclusos para sentença (prisão decretada em 30/08/2023)
10. 0010887-32.2018.8.14.0039 - **preso em 05/09/2023** – conclusos para sentença (prisão preventiva renovada em 3 de maio de 2024)
11. 0012461-90.2018.8.14.0039 - **preso em 16/09/2023** - audiência designada para 08/05/2024 (prisão preventiva renovada em 5 de abril de 2024)
12. 0805530-62.2023.8.14.0039 - **preso em 25/09/2023** - vista ao MP para alegações finais (preso desde 24/09/2023)
13. 0806290-11.2023.8.14.0039 - **preso em 29/10/2023** - audiência designada para 23/05/2024, às 12h30min. (prisão preventiva renovada em 25 de abril de 2024)
14. 0806402-77.2023.8.14.0039 - **preso em 03/11/2023** - aguardando resposta à acusação (prisão renovada em 3 de maio de 2024)
15. 0806399-25.2023.8.14.0039 - **preso em 03/11/2023** – conclusos para sentença (prisão renovada em 15/12/2023)
16. 0806399-25.2023.8.14.0039 - **preso em 03/11/2023** – conclusos para sentença (prisão renovada em 15/12/2023)
17. 0806399-25.2023.8.14.0039 - **preso em 03/11/2023** – conclusos para sentença (prisão renovada em 15/12/2023)
18. 0806403-62.2023.8.14.0039 - **preso em 04/11/2023** – conclusos para sentença (prisão decretada em 3/11/2023)

Nos processos registrados com a cor vermelha, verificou-se que os réus se encontram presos há mais de 180 dias e não foi feita a reanálise da necessidade da prisão preventiva nos últimos 90 dias. Foi recomendado ao Juízo que providencie impulso dos devidos feitos.

**6.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento?** *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entre a data da prisão e o julgamento)*





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Usuário: TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA

**CNJ** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Inspeções Penais

Principal Cadastrar Retificar Pesquisar Relatórios Contato Manual | Sair

**LISTAGEM DE INSPEÇÃO**

Esfera: Estadual  
Tribunal de Justiça: Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
1º Grau - Justiça Estadual: 1º Grau - TJPA  
Comarca: PARAGOMINAS  
Situação: ATIVO  
Estabelecimento Penal: SELECIONE:  
Ano: 2024  
Mês: TODOS(AS):  
Condições Estab.: TODOS(AS):  
Considerações:   
Providências:

Pesquisar

Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Abril/2024	USU4BFEA0518ECE2	PARAGOMINAS	CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE PARAGOMINAS	Imprimir
Março/2024	USU4BFEA0518ECE2	PARAGOMINAS	CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE PARAGOMINAS	Imprimir
Fevereiro/2024	USU4BFEA0518ECE2	PARAGOMINAS	CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE PARAGOMINAS	Imprimir
Janeiro/2024	USU616A68DEB51AC	PARAGOMINAS	CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE PARAGOMINAS	Imprimir

Número de registros: 4      Página 1 de 1

Copyright - CNJ 2008 | Política de uso do Site

## 7. MANDADOS/CENTRAL DE MANDADOS/CARTAS PRECATÓRIAS:

### 7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Anotação da Unidade: Sim.

7.2. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos(as) oficiais(las) de justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?

Anotação da Unidade: O procedimento adotado pela vara criminal sobre os prazos de cumprimentos dos mandados ocorre através da análise da cx. de “Aguardando prazo”, cujos processos são etiquetados em prazo de 01 a 31 e um servidor é responsável por verificar esses prazos, bem como na aba dos “agrupadores” em “mandados devolvidos pelo oficial de justiça” verificamos e impulsionamos os processos com mandados devolvidos. Entretanto, quando verificamos que decorreu mais de 30 dias e o oficial de justiça não



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

devolveu o Mandado, é expedido um ato ordinatório nos autos processuais, em que é cobrado à Chefe da Central de Mandados a devolução do Mandado, a qual entra em contato com o oficial de justiça responsável pela diligência. Outra ferramenta que a secretaria passou a adotar recentemente é a análise do Painel de Acompanhamento de Mandados, que está presente na Coordenadoria de Estatística (Portal Externo), no qual buscaremos identificar os mandados com prazo decorrido e adotaremos as providências citadas junto à Central de Mandados.

**7.3. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)**

**Anotação da Unidade:** Em anexo.

**7.4. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da Secretaria (vide Ofício Circular nº 19/2023-CGJ).**

**Anotação da Unidade:** Conforme dito alhures, na análise dos prazos processuais na cx. “Aguardando prazo”, o servidor responsável realiza a cobrança dos mandados pendentes de devolução junto a respectiva Central de Mandados e mais recentemente passamos a analisar o Painel de Acompanhamento de Mandados, que está presente na Coordenadoria de Estatística (Portal Externo), em que buscaremos identificar os mandados com prazo decorrido e adotaremos as providências citadas junto à Central de Mandados.

**Observação da Corregedoria:** Na análise do sistema PJE, verificou-se que há mandados expedidos há mais de 06 (seis) meses, pendentes de depuração, o que deve ser providenciado.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Processo	Destinatário	Meio de comunicação	Data de criação	Prazo final	Ações
0000043-45.2014.8.14.0039	TELMA REIS DOS SANTOS	Central de Mandados	28/03/22 14:19		[Ícone de lupa] [Ícone de documento] [Ícone de calendário]
0011006-61.2016.8.14.0039	MICHELE MORAIS DA SILVA	Central de Mandados	29/08/22 13:27		[Ícone de lupa] [Ícone de documento] [Ícone de calendário]
0002659-54.2007.8.14.0039	JAISON SARMENTO BRANCAO	Central de Mandados	08/02/23 12:00		[Ícone de lupa] [Ícone de documento] [Ícone de calendário]
0800015-80.2022.8.14.0039	DILCIRENE DO NASCIMENTO MACEDO	Central de Mandados	17/02/23 11:52		[Ícone de lupa] [Ícone de documento] [Ícone de calendário]
0801040-31.2022.8.14.0039	JARBAS DE SOUZA ALMEIDA	Central de Mandados	21/03/23 11:27		[Ícone de lupa] [Ícone de documento] [Ícone de calendário]
0803102-44.2022.8.14.0039	DEVISON LIMA LOPES	Central de Mandados	30/03/23 10:57		[Ícone de lupa] [Ícone de documento] [Ícone de calendário]

7.5 Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

**Anotação da Unidade:** Em regra de 30 a 40 dias.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

**Anotação da Unidade:** Há apenas 01 processo nessa situação, entretanto não foi realizada a comunicação à Corregedoria ainda, porque encaminhamos ofício realizando a cobrança na devolução da Carta Precatória expedida.

**Observação da Corregedoria:** Na análise realizada no sistema PJE, verificou-se que há etiqueta que identifica feitos que se encontram com carta precatória pendente de devolução, havendo 02 (dois) processos em tal situação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

7.7. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

**Anotação da Unidade:** Não.

**Observação da Corregedoria:** De acordo com os dados constantes do Painel de Gestão Judiciária, no dia 07/05/2024 a Unidade contava com **59** cartas precatórias no acervo ativo da Unidade. A carta mais antiga é a de n. 00002427420208140039 oriunda da 7ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba (audiência de suspensão condicional do processo), com movimentação regular.



Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
	59	1	0	0

Acervo ativo por classe e situação processual				
CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total	
INQUÉRITO POLICIAL	1268	50	1318	
Ação Penal - Procedimento Ordinário	2	1114	1302	
Execução da Pena		617	5	622
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)		355	25	380
<b>Carta Precatória Criminal</b>		59		<b>59</b>
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3662</b>	<b>288</b>	<b>3954</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**8. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:**

8.1. A Unidade observa os termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça com relação à expedição de documentos no BNMP? A Unidade realiza diligente e eficientemente a verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? Os dados relacionados aos presos provisórios, procurados, réus beneficiados com alvará de soltura, possíveis RJI's duplicados e óbitos e se encontram devidamente regulares no BNMP? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

**Anotação da Unidade:** Sim. A Vara Criminal observa os termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça com relação à expedição de documentos no BNMP.

**Observação da Corregedoria:** No dia 07/05/2024, a Unidade contava com 66 presos provisórios e 144 réus procurados no BNMP.

Verificou-se que no BNMP há outros perfis com o nome da Comarca “Paragominas” e necessitam ser verificados com urgência para análise da migração de dados para o perfil efetivamente utilizado pela Unidade.

A captura de tela mostra a interface do sistema BNMP 3.0. No topo, há o logotipo do Conselho Nacional de Justiça e o nome do órgão logado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O menu de navegação inclui: Página Inicial, Pessoas, Peças, Relatórios, Dashboard e Alertas. O título da página é "Dados Gerais - Pessoa por Status".

Existem campos de filtro para "Data Inicial", "Data Final", "Orgão" (com o valor "VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS" selecionado), "Buscar Órgãos Vinculados" (desativado), "Sexo" e "Status". Um botão "Limpar" está disponível.

Abaixo, há uma seção "0 Internados" com o total de "374 Presos". Os dados são:

- 0 Internado Provisório
- 0 Internado Execução Provisória
- 0 Internado Execução Definitiva

Os detalhes dos presos são:

- 66 Preso Provisório
- 0 Preso Civil
- 58 Preso Condenado em Execução Provisória
- 250 Preso Condenado em Execução Definitiva

À direita, há uma seção "Outros Status" com os seguintes dados:

- 144 Procurado
- 40 Foragido
- 26 Morto
- 904 Em Liberdade

Abaixo, há uma tabela "Resultado da pesquisa" com as seguintes colunas: RJI, Nome da Pessoa, Sexo, Nº de Peça, Nome da Peça, Data de Peça e Órgão Expedidor. O conteúdo da tabela é "Nenhum registro encontrado".

Na base da tela, há o texto "Total de registros: 0" e um botão "Voltar". No rodapé, está escrito "BNMP 3.0 - Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - Versão: 4.17.1".





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Órgão

- paragominas
- Paragominas
- PARAGOMINAS
- Subseção Judiciária de Paragominas
- VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS
- VARA DO JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL DE

+ Construir Árvore

✓ Escolher

Órgão Logado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Página Inicial Pessoas Peças Relatórios Dashboard Alertas

Dados Gerais - Pessoa por Status

Filtrar

Data Inicial

Órgão: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Tipo de Peça

X Limpar

Internados

0 Internado Provisório

0 Internado Execução Provisória

Órgão Logado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Página Inicial Pessoas Peças Relatórios Dashboard Alertas

Dados Gerais - Pessoa por Status

Filtrar

Data Inicial

Órgão: Paragominas

Buscar Órgãos Vinculados

Sexo

Tipo de Peça

Status

X Limpar

0 Internados

0 Internado Provisório

0 Internado Execução Provisória

0 Internado Execução Definitiva

11 Presos

- 8 Preso Provisório
- 0 Preso Civil
- 2 Preso Condenado em Execução Provisória
- 1 Preso Condenado em Execução Definitiva

Outros Status:

- 3 Procurado
- 0 Foragido

**8.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos de réu preso, em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

**Anotação da Unidade:** Sim.

**Observação da Corregedoria:** A servidora Shirley Lima é responsável pela expedição das guias de execução, sendo informado que é observado o prazo de cinco dias para expedir as guias nos processos que envolvem réus presos provisórios.

**8.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ, de 20/09/2021?

**Anotação da Unidade:** Sim, o cumprimento de Alvarás de Soltura/ mandado de desinternação são realizados tão logo a decisão judicial é proferida.

**8.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?**

**Anotação da Unidade:** Ao expedirmos Alvarás de Soltura realizamos consulta no BNMP e no Infopen, para sabermos se existe alguma informação sobre mandado de prisão em face do acusado. Não obstante, quando é decretada a prisão preventiva de quaisquer acusados, consultamos no PJE para ver se o acusado responde a outros processos criminais no Estado do Pará. O tempo médio é em torno de 30 minutos por pessoa a ser consultada.

**8.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou ao Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?**

**Anotação da Unidade:** Ainda não enfrentamos esse problema junto a SEAP.

## **9. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:**

**9.1. De que forma é realizado/identificado o controle dos prazos prescricionais nos processos em tramitação na Unidade, de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)**

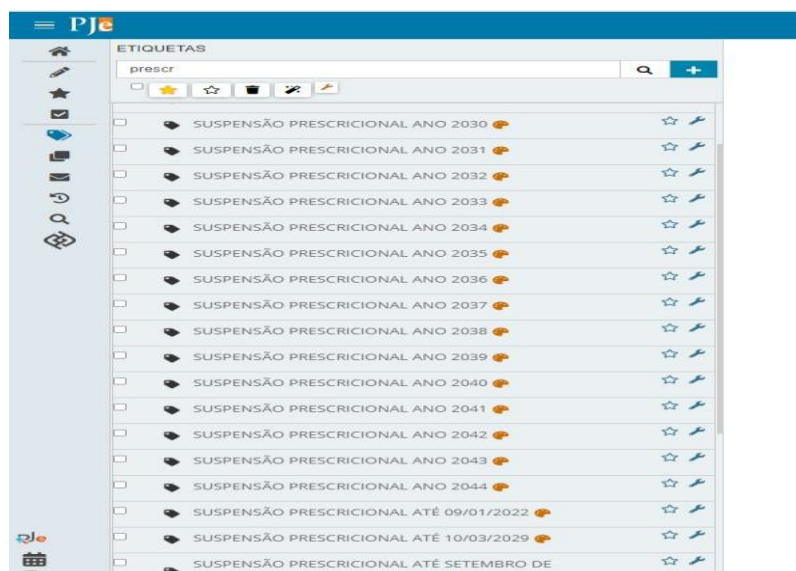
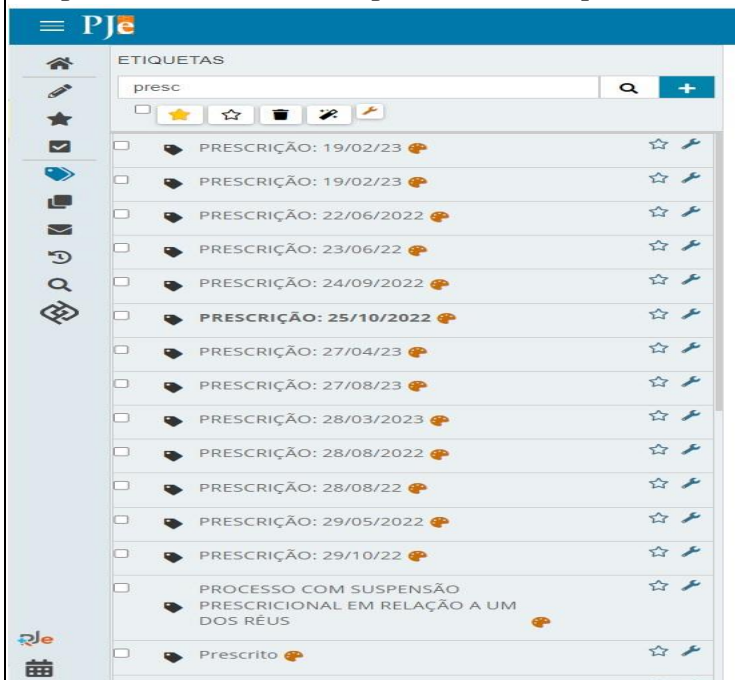
**Anotação da Unidade:** Nos processos em que há suspensão dos prazos prescricionais, identificamos o término dos prazos prescricionais pelo ano em que findará o prazo. Ex. “suspensão prescricional ano 2031. Dessa forma, encaminhamos ao Ministério Público



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

semestralmente para análise de novo endereço do réu.

**Observação da Corregedoria:** No sistema PJE foram identificadas etiquetas relacionadas às prescrições dos anos de 2022 e 2023, mas sem processos vinculados. Nos processos com suspensão condicional do processo há etiquetas identificado o término do prazo.



9.2 Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal, para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (Provimento n. 15/2009-



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

**Observação da Corregedoria:** A Unidade possui **1.287** processos suspensos. Por amostragem foi verificado o processo suspenso com autuação mais antiga, processo n. 000055-43.1995.8.14.0039. Na análise do presente feito, constatou-se que no dia 29.04.2010 foi proferido despacho suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos moldes do artigo 366 do CPP. Não há registro de que tenham sido adotadas as providências determinadas no provimento n. 15/2009-CJRMB no decorrer dos anos.



Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

PARAGOMINAS VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS

ACERVO

ACERVO COM PRIORIDADE

**PROCESSOS SUSPENSOS**

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

**CASOS SUSPENSOS**  
1.287

Lista de processos suspensos

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	
00000025220018140039	2001	PJETG	282	Ação Penal de Competência do Júri	3370 - Ht
00000051620158140039	2015	PJETG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10949 - V
00000158520008140039	2000	PJETG	282	Ação Penal de Competência do Júri	3370 - Ht
00000160719998140039	1999	PJETG	282	Ação Penal de Competência do Júri	3370 - Ht
00000179820138140039	2013	PJETG	282	Ação Penal de Competência do Júri	3370 - Ht
00000250720158140039	2015	PJETG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3417 - FU
00000291520138140039	2013	PJETG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3632 - Cr
00000332320118140039	2011	PJETG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	5560 - Di
00000345720018140039	2001	PJETG	282	Ação Penal de Competência do Júri	3370 - Ht
00000382620038140039	2003	PJETG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11417 - E
00000415320188140039	2018	PJETG	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3633 - Cr

Último movimento: Todos

Sistema: Todos

Área: Todos

Número do processo: ...

9.3. Em processos que se encontravam suspensos, a Unidade observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)

**Anotação da Unidade:** Sim. Juntamos uma certidão em que informamos o motivo do levantamento da suspensão do prazo prescricional e colocamos o código 12066, para que conste no PJE a informação de levantamento da suspensão prescricional.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

## 10. BENS APREENDIDOS:

10.1. De que forma a Unidade realiza identificação no PJE dos processos que possuem bens apreendidos vinculados?

**Anotação da Unidade:** Cadastramos os bens apreendidos através da do ícone do PJE “Juntada de documentos” - tipo de documentos - bens apreendidos e colocamos uma etiqueta “Há bens apreendidos” em cada processo em que é cadastrado bens apreendidos.

**Observação da Corregedoria:** Na análise do sistema PJE verificou-se que a Unidade possui etiquetas de controles relacionadas aos bens apreendidos.

10.2. Há passivo de bens que foram cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) em que há pendência de registro de sua destinação (destruição/devolução/perdimento/etc.), após eventuais providências determinadas pelo(a) magistrado(a) nos autos criminais, em cumprimento ao Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI (Ofício circular n. 54/2022-CGJ)? A Unidade está realizando o cadastramento de novos bens através do Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022? (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

**Anotação da Unidade:** O passivo de bens que foram cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) são de processos que ainda não foram sentenciados. A

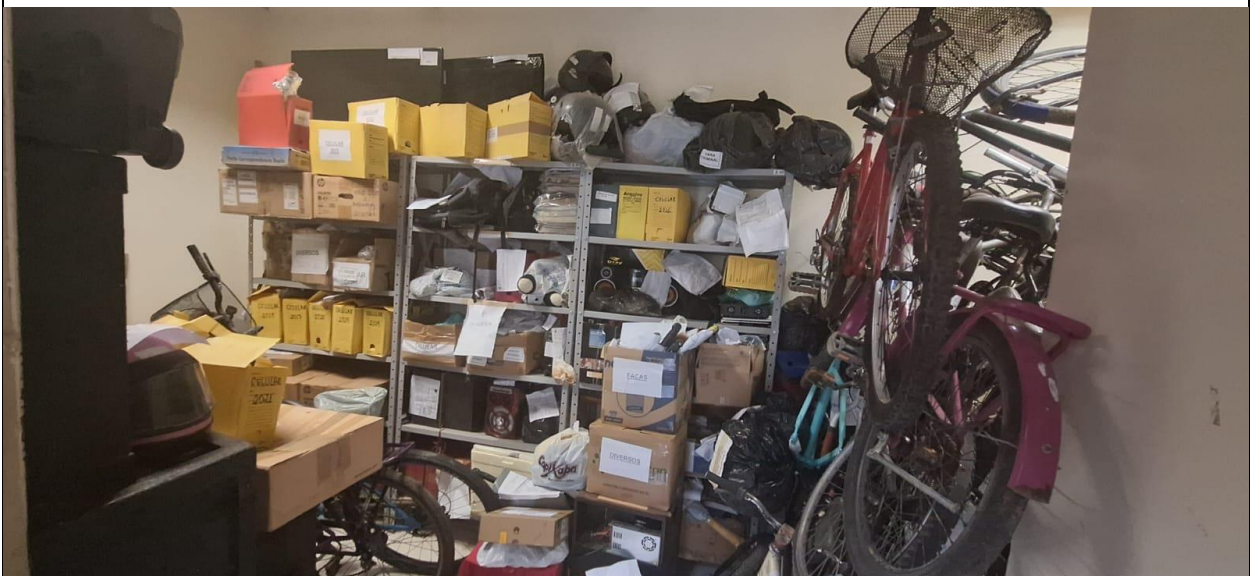


PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Unidade iniciou o cadastramento de novos bens através do Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB.

**Observação da Corregedoria:** No prédio do Fórum há uma sala com diversos bens apreendidos, de todas as Unidades da Comarca de Paragominas. Sugere-se à magistrada da Unidade que formalize pedido de apoio ao Chefe do Serviço de Bens Apreendidos do Fórum Criminal da Capital para organização e destinação dos bens.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Na análise realizada no SNBA, verificou-se que há **427** bens com status “a definir”. A Diretora de Secretaria informou que o cadastramento de bens no SNGB é feito por ela e pela estagiária.

**CNJ** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**Bens Apreendidos**

Usuário: TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

### Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
: 1º GRAU - TJPA

Comarca: PARAGOMINAS  
Varas e Juizados Estaduais: ..TODOS(AS):

Bem Apreendido: Todos:  
Destinação do Bem: A Definir

Descrição Complementar do Bem:

[Pesquisar](#) [Imprimir](#) [Imprimir Detalhado](#)

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Armas e acessórios	Artesanal	6	-	00000415320188140039
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	00000415320188140039
Armas e acessórios	Pistola	2	-	00001621320208140039
Armas e acessórios	Artesanal	1	-	00002435920208140039
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00003016220208140039
Armas e acessórios	Artesanal	1	-	00003455220188140039
Armas e acessórios	Garrucha	1	-	00004020220208140039
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00004413320198140039
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00004618720208140039
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	00005016920208140039
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	00006410620208140039
Armas e acessórios	Artesanal	21	-	00006410620208140039
Armas e acessórios	Espingarda	3	-	00006410620208140039
Armas e acessórios	Artesanal	1	-	00008634220188140039
Armas e acessórios	Espingarda	1	-	00008634220188140039

Número de registros: 427 Página 1 de 29

**10.3. Os servidores da Unidade realizaram o curso de capacitação do SNGB disponibilizado pela plataforma EAD da Escola Judicial do Estado do Pará e pela plataforma educacional do Conselho Nacional de Justiça?**

**Anotação da Unidade:** Ainda não.

**Observação da Corregedoria:** Os servidores da Unidade ainda não realizaram o curso do Sistema Nacional de Gestão de Bens, tendo sido realizada orientação para que todos realizem no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

## **11. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:**

**11.1. Consultando o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete restou constatado processos com etiqueta de prioridade?**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**Anotação da Unidade:** Sim, atualmente encontram-se 4 processos paralisados há mais de 100 (cem) dias com classificação prioritária.

**Observação da Corregedoria:** No dia 07/05/2024 havia **12** processos paralisados há mais de 100 dias em Gabinete, envolvendo prioridades legais.

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	ASSUNTO	DATA DO EVENTO	CC
08041189620238140039	2023	111	EM ANDAMENTO	PIE1G	279	INQUÉRITO POLICIAL	3402 - Ameaça   10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher   12194 - Contra a Mulher   14227 - Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência	17/01/2024 08:43:44	
08048386320238140039	2023	111	EM ANDAMENTO	PIE1G	279	INQUÉRITO POLICIAL	12397 - Importunação Sexual	17/01/2024 09:34:21	
08056163320238140039	2023	111	EM ANDAMENTO	PIE1G	279	INQUÉRITO POLICIAL	3426 - Dano   10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher	17/01/2024 08:34:50	
08044887520238140039	2023	110	EM ANDAMENTO	PIE1G	279	INQUÉRITO POLICIAL	12345 - Vias de fato	18/01/2024 08:35:07	
08010963020238140039	2023	106	EM ANDAMENTO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher   12194 - Contra a Mulher	22/01/2024 09:29:18	
08029323820238140039	2023	106	EM ANDAMENTO	PIE1G	279	INQUÉRITO POLICIAL	11417 - Estupro de vulnerável	22/01/2024 09:31:21	
08030553620238140039	2023	106	EM ANDAMENTO	PIE1G	279	INQUÉRITO POLICIAL	11417 - Estupro de vulnerável	22/01/2024 09:30:37	
08046889820238140039	2023	106	EM ANDAMENTO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3402 - Ameaça	22/01/2024 09:28:57	
08032935520238140039	2023	105	EM ANDAMENTO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3402 - Ameaça   10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher	23/01/2024 11:37:23	
08066740820228140039	2022	105	EM ANDAMENTO	PIE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	10949 - Violência Doméstica Contra a Mulher   12194 - Contra a Mulher	23/01/2024 11:18:16	
08066663120228140039	2022	103	EM ANDAMENTO	PIE1G	279	INQUÉRITO POLICIAL	3372 - Homicídio Qualificado	25/01/2024 15:25:23	
08049165720238140039	2023	101	EM ANDAMENTO	PIE1G	1268	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	3400 - Crimes contra a liberdade pessoal	27/01/2024 11:17:31	

## 11.2. Qual o controle estabelecido dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

**Anotação da Unidade:** A unidade judiciária realiza a verificação diária dos processos apontados pelo sistema IEJud, ao qual informa de maneira pormenorizada todos os autos que se encontram pendentes de análise e movimentação. Os servidores lotados no gabinete realizam a análise dos autos e a minuta, retirando assim os mesmos da lista de paralisados.

**Observação da Corregedoria:** No gabinete o controle de feitos paralisados há mais de 100 dias é realizado pelo Assessor do Juízo. A magistrada informou que desconhece as ferramentas do Painel de Gestão Judiciária.

## 12. DAS AUDIÊNCIAS:

### 12.1. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

**Anotação da Unidade:** Sim, esta unidade judiciária está cumprindo com o disposto na Resolução nº 21/2022-TJPA.

**Observação da Corregedoria:** As audiências são vias de regra no formato híbrido, pois o





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Ministério Público faz de forma remota as audiências. Alguns advogados comparecem de forma presencial.

12.2. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida. No processo em que ocorreu audiência não presencial consta pleito das partes ou do Ministério Público?

**Anotação da Unidade:** A unidade judiciária realizou 66 (sessenta e seis) audiências no mês de março de 2024.

**Observação da Corregedoria:** Na análise das audiências da Unidade no sistema PJE identificou-se **73 (setenta e três) audiências designadas para datas anteriores à 31/01/2024 e que ainda se encontram com status “designadas”, o que deve ser ajustado pela Unidade, inclusive porque prejudica os índices de produtividade da magistrada.** Para o ano corrente, há 116 audiências já agendadas, além de 04 sessões de Tribunal do Júri. A Diretora de Secretaria possui controle eficiente do cumprimento de atos dos processos em que há audiência designada, conforme verificado na planilha utilizada para realização de controle.

A	B	C	D	E	F	G	H	I
CUMPRIMENTO DE AUDIÊNCIA - ABRIL/2024- DEIXAR DATA PARA AUDIÊNCIA DE RÉUS PRESOS								
1	DATA	Nº DO PROCESSO	HORA	CUMPRIMENTO	TIPO	SITUAÇÃO PRISIONAL	OBSERVAÇÃO	
2	01/04/2024	0001600-11.2019.8.14.0039	09H30MIN	Cumprida Jose	OUTVA ESPECIAL	SOLTO		
4	01/04/2024	0001600-11.2019.8.14.0039	10H00MIN	Cumprida Jose	INSTRUÇÃO	SOLTO		
5	01/04/2024	0011737-SZ.2019.8.14.0039	19H00min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	SOLTO	META	
9	02/04/2024	0003576-34.2018.8.14.0039	09H30MIN	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	SOLTO		
10	02/04/2024	0002736-67.2018.8.14.0039	10:00:00	Cumprida Jose	INSTRUÇÃO	PRESESO	REDESIGNAR	
11	02/04/2024	0802616-25.2023.8.14.0039	19H00min	Cumprida Eventon	ART. 16-VI,CL. DOMESTICA	SOLTO		
12	02/04/2024	0800390-13.2024.8.14.0039	11:30:00	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	PRESESO		
13		MARCAR PRESESO						
14								
15								
16								
17	03/04/2024	0806902-80.2022.8.14.0039	09H30MIN	Cumprida Eventon	OUTVA ESPECIAL	SOLTO		
18	03/04/2024	0806902-80.2022.8.14.0039	10h30min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	SOLTO	multas testemunhas	
20		MARCAR PRESESO						
21		MARCAR PRESESO						
22								
23	04/04/2024	0004193-73.2018.8.14.0039	09H30MIN	Cumprida Eventon	OUTVA ESPECIAL	SOLTO		
24	04/04/2024	0004193-73.2018.8.14.0039	10h30min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	SOLTO		
25	04/04/2024	0800168-72.2024.8.14.0039	19h30min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	PRESESO		
26	04/04/2024	0802664-19.2010.8.14.0039	12h30min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	SOLTO		
27	04/04/2024	0802664-19.2010.8.14.0039	12h30min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	PRESESO	REDESIGNAR	
28								
29								
30	08/04/2024	0805196-88.2021.8.14.0039	09H30MIN	Cumprida Eventon	OUTVA ESPECIAL	SOLTO		
31	08/04/2024	0805196-88.2021.8.14.0039	10h30min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	SOLTO		
32	08/04/2024	0805196-88.2021.8.14.0039	10h30min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	PRESESO	6 TESTEMUNHAS MP	
33	08/04/2024	0800142-47.2024.8.14.0039	11h30min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	PRESESO		
34		MARCAR PRESESO						
35								
36								
37	09/04/2024	0015226-05.2016.8.14.0039	09H30MIN	CUMPRIDA SHIRLEY	INSTRUÇÃO	SOLTO		
38	09/04/2024	0015217-36.2016.8.14.0039	10h30min	CUMPRIDA SHIRLEY	INSTRUÇÃO	SOLTO	preso por outro	
39	09/04/2024	0002430-61.2016.8.14.0039	19h30min	ARQUIVADA	INSTRUÇÃO	SOLTO	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	
40	09/04/2024	0004742-91.2017.8.14.0039	12h30min	CUMPRIDA SHIRLEY	INSTRUÇÃO	SOLTO		
41								
42								
43	10/04/2024	0804659-13.2022.8.14.0039	09H30MIN	Cumprida Eventon	OUTVA ESPECIAL	SOLTO		
44	10/04/2024	0804659-13.2022.8.14.0039	10h	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	SOLTO		
45	10/04/2024	0800803-34.2022.8.14.0039	19h30min	Cumprida Eventon	OUTVA ESPECIAL	PRESESO		
46	10/04/2024	0800803-34.2022.8.14.0039	12H	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	PRESESO		
47								
48	19/04/2024	0806366-63.2022.8.14.0039	09h30min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	SOLTO	redesignar	
49	19/04/2024	0803116-06.2022.8.14.0039	10h30min	Cumprida Eventon	INSTRUÇÃO	SOLTO	redesignar	
50								
51	19/04/2024	0800088-23.2017.8.14.0039	09h30min	ALAC CUMPRIDO	JURI - RÉU PRESESO			
52								



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**12.3. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB?** *(Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)*

**Anotação da Unidade:** Sim, esta unidade judiciária cumpre com o determinado na Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB.

**Observação da Corregedoria:** As audiências de custódia são realizadas de forma presencial.

**12.4. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?**

**Anotação da Unidade:** A última audiência de custódia foi realizada no dia 30 de abril de 2024.

**Observação da Corregedoria:** A última audiência de custódia foi realizada no dia 03/05/2024, nos autos do processo n.º 08028117320248140039, conforme termo de audiência apresentado durante a inspeção.

**12.5. Perfil da pauta:**

**a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?**

**Anotação da Unidade:** Atualmente constam 93 (noventa e três) processos pautados para audiência no mês de junho de 2024.

**Observação da Corregedoria:** A Unidade apresentou a pauta de audiências do mês de junho de 2024.

**b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?**

**Anotação da Unidade:** A audiência mais distante está designada para o dia 19 de junho de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

2024.

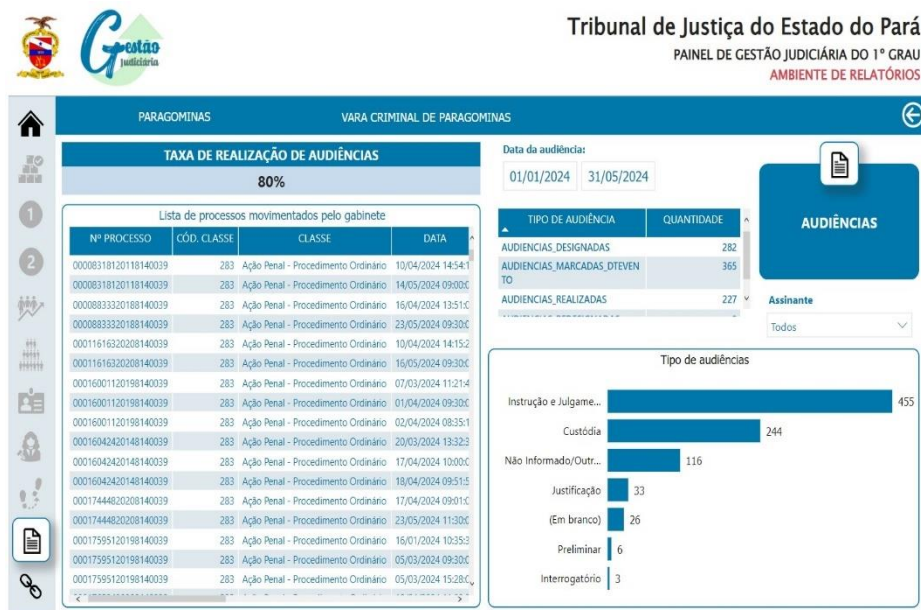
**Painel de Gestão Judiciária:**

O Painel de Gestão Judiciária apresenta os seguintes dados estatísticos quanto à realização de audiências na Vara Criminal da Comarca de Paragominas:

**ANO 2023:**



**ANO 2024:**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**13. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:**

**13.1 Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?**

**Anotação da Unidade:** Foram designadas 15 sessões do Tribunal do Júri na Vara Criminal de Paragominas nos últimos 3(três) meses.

**Observação da Corregedoria:** A Magistrada informou que realiza uma sessão de júri por semana.

**13.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?**

**Anotação da Unidade:** Foram realizadas 5 sessões do Tribunal do Júri na Vara Criminal de Paragominas e somente 01 sessão foi redesignada.

**Observação da Corregedoria:** A Unidade realiza uma sessão do Júri por semana.

**13.3 Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.**

**Anotação da Unidade:** 21 (vinte e um) processos aguardam designação de sessão do Tribunal do Júri:

0004350-59.2014.8.14.0039, 0005185-13.2015.8.14.0039, 0003217-50.2012.8.14.0039,  
0011380-09.2018.8.14.0039, 0004999-24.2014.8.14.0039, 0000309-49.2014.8.14.0039,  
0000031-14.2015.8.14.0039, 0000026-26.2014.8.14.0039, 0000238-23.2009.8.14.0039,  
0000631-69.2014.8.14.0039, 0002375-02.2014.8.14.0039, 0007096-94.2014.8.14.0039,  
0007121-73.2015.8.14.0039, 0002619-67.2010.8.14.0039, 0102115-93.2015.8.14.0039,  
0004462-18.2020.8.14.0039, 0001201-21.2015.8.14.0039, 0012726-63.2016.8.14.0039,  
0044113-33.2015.8.14.0039, 0002619-67.2010.8.14.0039, 0003714-93.2014.8.14.0039.

**Observação da Corregedoria:** Devem ser priorizados os feitos que se encontram aptos à designação de sessão do Júri.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**14. EXECUÇÃO PENAL:**

*(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)*

**14.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:**

Data do preenchimento dos dados: 30/04/2024

<b>PERFIL NO SEEU</b>	<b>Regime fechado e semiaberto</b>	<b>Regime aberto e Medidas Alternativas</b>	<b>Regime fechado e semiaberto (na data da inspeção)</b>	<b>Regime aberto e Medidas Alternativas (na data da inspeção)</b>
Total de Execuções Ativas:	557	394	848	99
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	0	0	0	0
Análise de juntadas - juntadas para realizar com URGÊNCIA	0	0	0	0
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	0	0	0	0
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor	0	0	0	0
Processos com pendências de implantação*	0	0	50	01
Total de processos conclusos	211	30	205	27



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	70	0	67	0
---	----	---	----	---

**Observação da Corregedoria:** No perfil de Corregedoria de Presídios a Unidade possui 07 feitos ativos.

**Mesa do(a) Analista Judiciário**

Nome: TJPA - PARAGOMINAS - CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

**Execuções Ativas**

Total de Processos: 2

<b>PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)</b>	<b>PROCESSOS AGUARDANDO</b>	<b>PROCESSOS EM REMESSA</b>
Secretaria: 0	Cumprimento de pena privativa de liberdade: 0	Em Remessa: 0
Incidente pendente de julgamento: 0	Cumprimento de pena alternativa: 0	Em Remessa (exceto processos conclusos): 0
Incidente vencido: 0		
Cumprimento de pena interrompido: 0		
Processos extintos aguardando arquivamento: 0		

**Fila do BNMP**

**Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Restritivas...**

Nome: Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Restritivas de Direito de Paragominas

**Execuções Ativas**

Total de Processos: 92

<b>PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)</b>	<b>PROCESSOS AGUARDANDO</b>	<b>PROCESSOS EM REMESSA</b>
Secretaria: 0	Cumprimento de pena privativa de liberdade: 10	Em Remessa: 2
Incidente pendente de julgamento: 1	Cumprimento de pena alternativa: 1	Em Remessa (exceto processos conclusos): 0
Incidente vencido: 8		
Cumprimento de pena interrompido: 6		
Processos extintos aguardando arquivamento: 0		

**Fila do BNMP**

Total de Registros: 0



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

**Mesa do(a) Analista Judiciário**

**Dados do Juízo**  
Nome: Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Paragominas

**Execuções Ativas**  
Total de Processos: **848**

PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)	PROCESSOS AGUARDANDO	PROCESSOS EM REMESSA
Secretaria: <b>0</b>	Cumprimento de pena privativa de liberdade: <b>369</b>	Em Remessa: <b>89</b>
Incidente pendente de julgamento: <b>14</b>	Cumprimento de pena alternativa: <b>0</b>	Em Remessa (exceto processos concluídos): <b>2</b>
Incidente vencido: <b>40</b>		
Cumprimento de pena interrompido: <b>193</b>		
Processos extintos aguardando arquivamento: <b>1</b>		

**Fila do BNMP**  
Total de Registros: **5**

**Observação da Corregedoria:** No período da inspeção, verificou-se que a Unidade possuía **51** processos com pendências de implantação (incongruências) no sistema SEEU, sendo 50 feitos do perfil de Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade e 01 no perfil de Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade. A relação de processos nessa condição constará no anexo do relatório. Situação constatada durante a Inspeção é a não realização de execução dos Acordos de Não Persecução Penal - ANPPS no sistema SEEU, conforme determina a Resolução n. 18/2021, de 15/09/2021, o que deve ser ajustado, com brevidade.

**14.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?**

**Anotação da Unidade:**

**FECHADO:** 255

**SEMIABERTO:** 302 PRIVATIVA DE LIBERDADE + 06 RESTRITIVA DE DIREITOS

**REGIME ABERTO:** 234 PRIVATIVA DE LIBERDADE + 69 RESTRITIVA DE



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

DIREITOS.

**14.3. Há pendências de guia de recolhimento a serem expedidas?**

**Anotação da Unidade:** 03

**14.4. Há regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial de pessoas sob medida de segurança?**

**Anotação da Unidade:** Não há casos dessa natureza.

**14.5. A emissão de atestado de pena observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

**Anotação da Unidade:** Sim.

**15. CORREIÇÃO ANUAL:**

**15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial pela Corregedoria Geral e pelo magistrado/magistrada da Unidade. Qual o número de registro dos relatórios no sistema PJECOR?**

**Anotação da Unidade:** Período da última Correição Anual da vara Criminal de Paragominas: 29/01/2024 A 15/02/2024. O número do PJEcor 0000767-11.2024.2.00.0814.

**Observação da Corregedoria:** A Unidade apresentou autocorreição no ano corrente, conforme registro nos autos pjecor n. 0000767-11.2024.2.00.0814, realizada pela magistrada Adrielli Aparecida Cardozo Beltramini.

**15.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral que não foram integralmente cumpridas? Quais?**

**Anotação da Unidade:** A Vara Criminal da Comarca de Paragominas é a única vara





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

criminal da Comarca de Paragominas e abrange todas as competências criminais, inclusive Execução Penal, exceto juizado especial criminal. Possui um acervo ativo de 3.938 processos e 1.288 processos na condição de suspensos. Importante frisar que até o mês de fevereiro de 2024, a vara estava com a lotação paradigma abaixo do previsto pelo CNJ, tendo sido nomeado um auxiliar judiciário para Vara Criminal da comarca de Paragominas, que tomou posse em 05/03/2024. Desse modo, dada a complexidade da Vara Criminal de Paragominas, que possui um enorme acervo de processos de réus presos provisórios e apenados, aliado ao fato de que a magistrada titular da Vara, Dra. Kátia Tatiana Amorim de Sousa, assumiu a titularidade e entrou em exercício em 12/06/2023, somente a partir daí que se pôde iniciar um planejamento de gestão dos processos criminais da Vara. Mesmo diante das dificuldades, a Vara Criminal da Comarca de Paragominas conseguiu cumprir todas as Metas Nacionais do CNJ no ano de 2023.

A partir de janeiro de 2024, a magistrada da Vara Criminal traçou com a equipe um planejamento para saneamento dos feitos e impulso dos processos, de modo que não fiquem paralisados por mais de 100 dias, que consigamos arquivar mais processos do que ações novas, impulso dos processos que constam nos agrupadores e que possamos cumprir todas as metas nacionais do CNJ, conforme previsto no Plano de Ação, anexo.

Estamos envidando todos os esforços para cumprir integralmente com todas as determinações feitas pela corregedoria, especialmente no que tange ao impulsionamento dos processos paralisados há mais de 100 dias, julgamento dos feitos e baixas processuais, assim como estamos efetuando o cadastro dos bens no SNBA.

Não obstante, precisamos ainda fazer um melhor controle dos processos com prazo prescricionais vencidos.

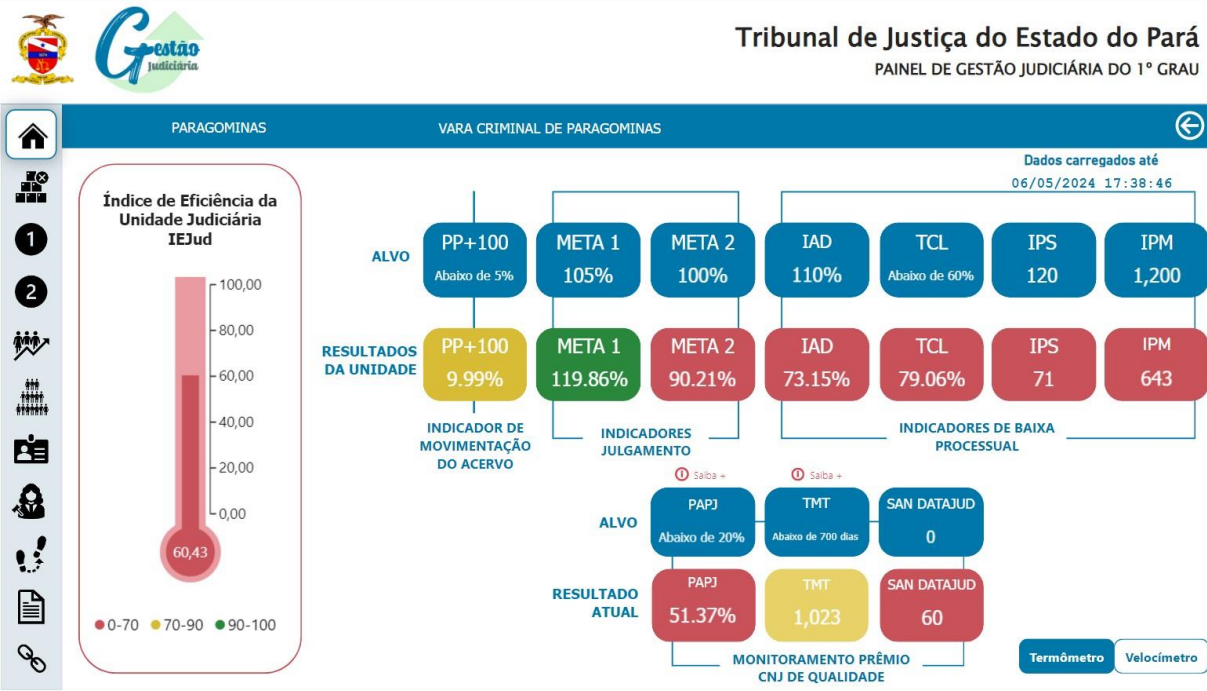
Por fim, informo que estamos comprometidos em cumprir o plano de Ação proposto visando atingir todas as metas nacionais e promover maior celeridade aos processos.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

16. DADOS ESTATÍSTICOS:



**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

PARAGOMINAS VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	
00000262620148140039	2014	161	EM ANDAMENTO	PJE1G	282	Ação Penal
00000311420158140039	2015	161	EM ANDAMENTO	PJE1G	282	Ação Penal
00001223120208140039	2020	161	EM ANDAMENTO	PJE1G	279	INQUÉRITO
00001413720208140039	2020	161	EM ANDAMENTO	LIBRA	279	INQUÉRITO
00002427420208140039	2020	109	EM ANDAMENTO	PJE1G	355	Carta Precat
00002815720038140107	2003	161	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00002877820208140039	2020	1321	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal
00003094920148140039	2014	232	JULGADO	PJE1G	282	Ação Penal
00003492120208140039	2020	669	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00004018520188140039	2018	161	EM ANDAMENTO	LIBRA	279	INQUÉRITO
00005312220118140039	2011	161	EM ANDAMENTO	PJE1G	282	Ação Penal
00006281720148140039	2014	113	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal
00006385220008140039	2000	159	EM ANDAMENTO	PJE1G	282	Ação Penal
00008069720138140039	2013	160	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal
00008239420178140039	2017	105	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal
00013095020158140039	2015	323	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal
00014222820208140039	2020	680	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circu
00017007220068140039	2006	1254	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal
00017029620208140039	2020	109	JULGADO	PJE1G	283	Ação Penal

Em Gabinete (S: sim; N: não) Todos

Gratuidade (S: sim; N: não) Todos

Sigilo (S: sim; N: não) Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não) Todos

Prioridade (S: sim; N: não) Todos

Número do processo Todos



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

PARAGOMINAS VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
	3.954	395	1.646	307

ACERVO COM PRIORIDADE

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

Paralisado entre (dias):  
 1 15281

Último movimento  
 Todos

Sistema  
 Todos

Detalhamento

Acervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
INQUÉRITO POLICIAL	1268	50	1318
Ação Penal - Procedimento Ordinário	2	1114	1302
Execução da Pena	617	5	622
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	355	25	380
Carta Precatória Criminal	59		59
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3662</b>	<b>3954</b>

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
08005097120248140039	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
08029303420248140039	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	280	Auto de Prisão em Flagrante
08029277920248140039	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	1268	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
08022496420248140039	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	279	INQUÉRITO POLICIAL

Área  
 Todos

Em Gabinete (S: sim; N: não)  
 Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)  
 Todos

Sigilo (S: sim; N: não)  
 Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)  
 Todos

Prioridade (S: sim; N: não)  
 Todos

Liminar/Tutela (S: sim; N: não)  
 Todos

Número do processo  
 Todos



Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU  
 AMBIENTE DE RELATÓRIOS

PARAGOMINAS VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS

JULGADOS E NÃO BAIXADOS  
 620

Resumo de processos julgados e não baixados

CLASSE	JULGADOS E NÃO BAIXADOS
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	354
Ação Penal - Procedimento Ordinário	250
Pedido de Prisão Preventiva	6
Ação Penal de Competência do Júri	4
Pedido de Prisão Temporária	4
Crime de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular	1
<b>Total</b>	<b>620</b>

Lista de processos julgados e não baixados

Nº PROCESSO	CÓD. CLASSE	DESISTEMA	CLASSE	ASSUNTO
00001639520208140039	283	PJE1G	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3576 - Denúnciação caluniosa
00002233920188140039	283	PJE1G	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3416 - Furto
00003440420178140039	283	PJE1G	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3632 - Crimes de Trânsito
00005016920208140039	283	PJE1G	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3633 - Crimes do Sistema Nacional
00006316920148140039	282	PJE1G	Ação Penal de Competência do Júri	5555 - Crime Tentado
00007008720038140039	282	PJE1G	Ação Penal de Competência do Júri	3372 - Homicídio Qualificado
00008239420178140039	283	PJE1G	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11417 - Estupro de vulnerável
00008318120118140039	283	PJE1G	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3372 - Homicídio Qualificado

JULGADOS E NÃO BAIXADOS

Número do processo  
 Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)  
 Todos

Sigilo (S: sim; N: não)  
 Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)  
 Todos

Prioridade (S: sim; N: em branco)  
 Todos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

## 17. CONCLUSÃO:

A Comarca de Paragominas integra e é sede da 6ª Região Judiciária do TJPA.

A Vara Criminal tem competência plena para os feitos de natureza penal, incluída execução penal, excetuando Juizado Especial Criminal.

A denominação da Unidade foi alterada de 3ª Vara Penal de Paragominas para Vara Criminal de Paragominas após a publicação da Resolução n. 26/2014-GP. A Lei 6.810, de 10 de janeiro de 2006, criou 02 Varas Criminais na Comarca de Paragominas, tendo sido instalada apenas a 1ª e a 2ª Vara Criminal se encontra aguardando instalação, conforme tramitação do processo PAPRO 2019/04434.

A magistrada titular da Unidade é a Dra. Kátia Tatiana Amorim de Souza, que assumiu funções em 13/06/2023 e atua na 42ª Zona Eleitoral. A servidora analista judiciário Pollyana Braz Bezerra Cavalcanti é a Diretora de Secretaria desde 30 abril de 2016. Durante o período de Inspeção, a Defensora Pública Úrsula Dini esteve no Fórum da Comarca.

Na Secretaria laboram 03 analistas judiciários, 03 auxiliares judiciários, 02 servidores cedidos da Prefeitura Municipal e 02 estagiários. O Gabinete do Juízo conta com 01 servidor exclusivamente comissionado, 01 analista judiciário e 01 estagiário. Não há servidores que executem funções em regime de teletrabalho.

No relatório da autocorreção realizada na Unidade pela magistrada Adrielli Aparecida Cardozo Beltramini, no período de 29/01/2024 a 15/02/2024, encaminhado ao Órgão Correicional nos autos pjecor n. 0000767-11.2024.2.00.0814, foi apresentado plano de ação com prazo final estabelecido até 16/08/2024, devendo este ser complementado com estipulação de metas até 19/12/2024.

No período da Inspeção a Unidade, o Painel de Gestão Judiciária indicava que o Índice de Eficiência se encontrava em **60,43** e o acervo total era composto de 5.241 processos, dos quais 3.954 se encontravam ativos e 1.287 suspensos. Os feitos conclusos totalizavam 1.648 e **274** processos se encontrava paralisados há mais de 100 dias (**9,99%**). Havia **620** processos julgados e não baixados, dos quais **354** se referem a medidas protetivas. No ano de 2023, de acordo com o Painel do Programa de Incremento de Baixas -PIB a Vara Criminal da Comarca de Paragominas aparece na listagem como umas das 10 Unidades judiciais do estado que



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

---

menos baixaram feitos, considerando-se uma meta de 887 e baixa efetiva de 487 (54,88% da Meta estabelecida).

No período da Inspeção, a magistrada Kátia Tatiana Amorim de Sousa expediu ofício ao Superintendente Regional da Polícia Civil da Comarca de Paragominas comunicando e solicitando a divulgação a todos os Delegados de Polícia Civil que, a partir de 08/05/2024 todos os inquéritos policiais oriundos de pedidos de medidas protetiva de urgência devem ser cadastrados separadamente das respectivas medidas protetivas de urgência, com apenas a referência no número da medida protetiva no bojo do inquérito. A magistrada esclareceu no ofício expedido que, com esta providência, o inquérito oriundo de medida protetiva passará a possuir autuação própria. Com a medida adotada pela magistrada progressivamente será possível que as medidas protetivas sejam arquivadas tão logo ocorra o trânsito em julgado da decisão.

No que se refere aos processos envolvendo réus presos provisórios, a Unidade no período da inspeção, contava com **69 (sessenta e nove) presos provisórios** cujas ações penais são devidamente controladas pela Unidade através de etiquetas que, contudo, necessitam ser depuradas, considerando a existência de etiquetas denominadas “RÉU PRESO” (caixa alta e com acento, com **141** processos vinculados), “REU PRESO” (caixa alta e sem acento, com **03** processos vinculados) e réu preso (letra minúscula, sem feitos vinculados).

Na análise realizada no sistema PJE verificou-se que havia **18 (dezoito) processos** em que os réus se encontram presos por prazo superior a 180 dias e em 06 (seis) processos, além dos réus se encontrarem presos há mais de 180 dias, não se identificou que tenha sido realizada a reanálise da necessidade da prisão preventiva nos últimos 90 dias, tendo sido recomendado ao Juízo a adoção de tal providência. Situação que também merece atenção se refere à inexistência de rotina da Unidade na alimentação dos dados constantes da aba de “*informações criminais*”, que deve ser providenciado.

No Cadastro Nacional de Inspeções Penais do CNJ verificou-se que no que se refere à Comarca de Paragominas, apenas se encontra cadastrado o Centro de Recuperação de Paragominas, tendo sido no ano de 2023 inseridos os relatórios de inspeção de todos os meses e no ano de 2024 se encontra atualizado até o mês de abril/2024. Considerando, porém, que



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

na Comarca há Delegacia de Polícia Civil (13<sup>a</sup> Seccional) e DEAM/DEACA/DH, instaladas em um único prédio, contando com celas/carceragem, deve a magistrada solicitar o cadastramento das Delegacias no CNIEP e estabelecer rotina de inspeção mensal.

Na verificação dos dados constante do Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP, identificou-se a existência de mais de um perfil contendo a palavra “Paragominas”, devendo tais perfis serem verificados de forma individualizada para que seja realizada migração dos dados ao perfil que de fato é utilizado pela Unidade.

Outra situação que demanda atenção é a relacionada aos bens apreendidos vinculados aos processos da Unidade.

No Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA, atualmente substituído pelo Sistema Nacional de Gestão de Bens – SNGB, constatou-se que a Unidade ainda possui um passivo de **427** bens que se encontram com *status* “**a definir**”. Possivelmente estes bens se referem a processos que já foram sentenciados e tiveram seus bens destinados por sentença, contudo, na ocasião, não foi atualizada a situação do bem no SNBA. **Sugere-se** que seja elaborado um plano de trabalho, que envolva **todos os servidores da Unidade**, para verificação e atualização do *status* dos bens pendentes no SNBA, no prazo de 90 dias, sem prejuízo do cadastramento de novos bens no SNGB.

Durante a Inspeção, o Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior e a Juíza Corregedora participaram de reunião com representantes da Polícia Civil na Comarca de Paragominas, ocasião em que foi apresentada solicitação de celeridade no procedimento de destinação de bens apreendidos, especialmente armas de fogo, demanda esta, apresentada já formalmente ao Juízo da Vara Criminal através de expedientes.

No que se refere aos termos do Provimento n. 15/2009-CJRMB, na análise por amostragem constatou-se que **não há rotina para sua observância** nos feitos suspensos da Unidade que no período da Inspeção era de **1.287** processos, o que deve ser implantado a partir da elaboração também de um plano de trabalho, ao menos anual.

Na área de execução penal verificou-se que os Acordos de Não Persecução Penal – ANPPs não estão sendo processados no sistema SEEU, nos termos estabelecidos na Resolução n. 18/2021-GP, de 15/09/2021, tendo sido encaminhado à Diretora de Secretaria

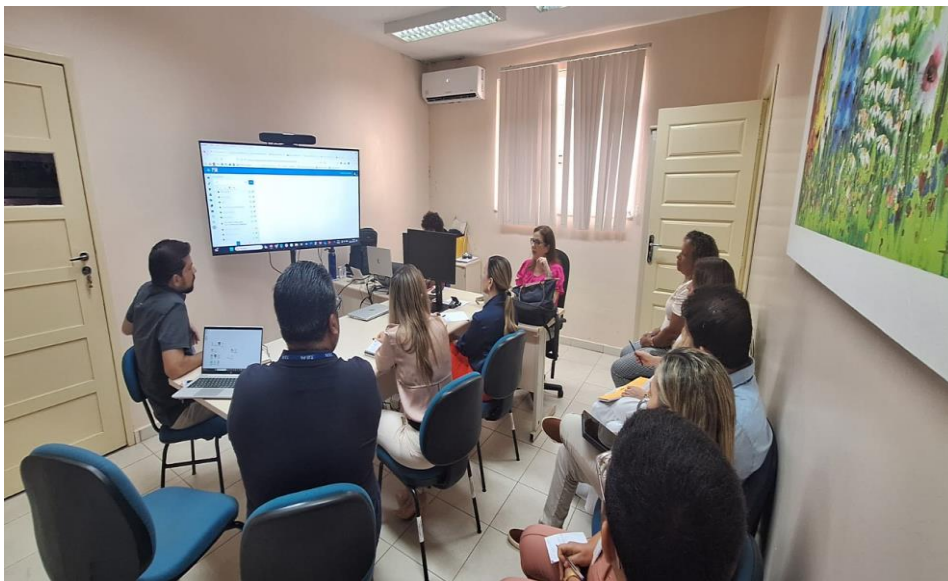


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

o “*Guia Prático do Acordo de Não Persecução Penal*” elaborado pelo TJPa no biênio 2021/2023, para que sejam observados os procedimentos relativos à matéria.

No ano de 2023 a Unidade alcançou todas as Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça e até a data da Inspeção, de acordo com os dados apontados pelo Painel de Metas Nacionais, os índices de Meta 1 se encontram **satisfatórios**, da Meta 2 restam **138** processos pendentes de julgamento e da Meta 2+14 há **12** feitos pendentes de julgamento.

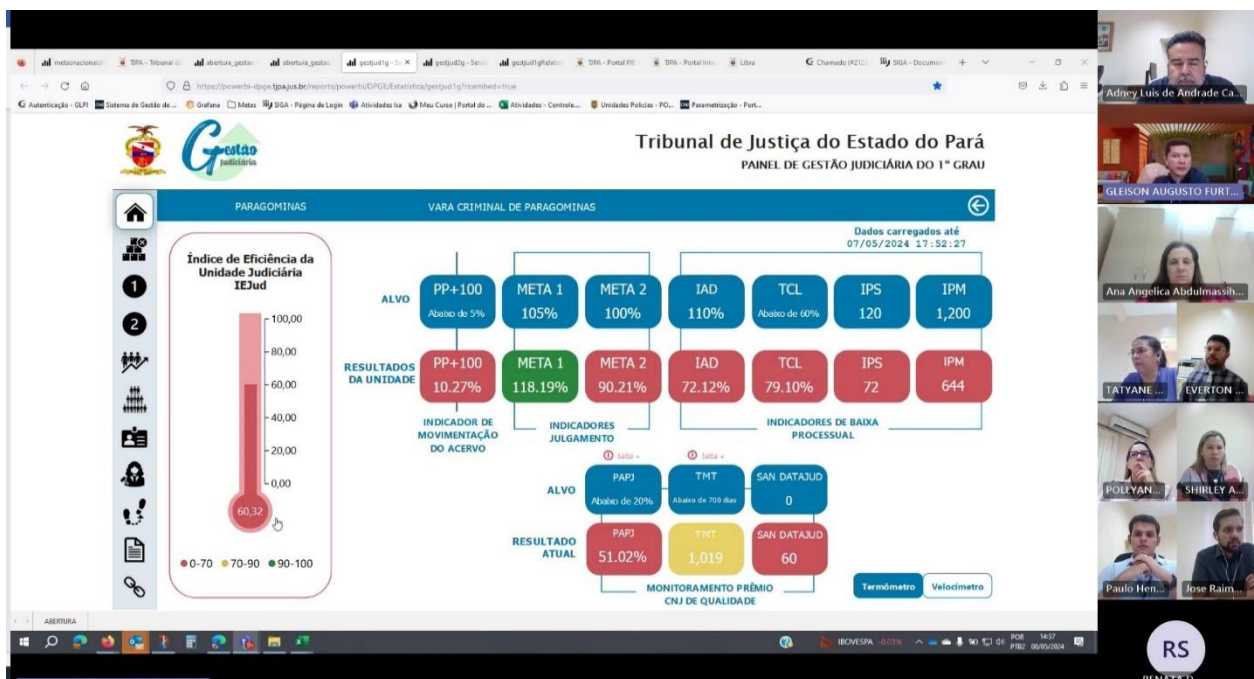
No dia 08/05/2024 a Corregedoria Geral promoveu um workshop para os servidores e a magistrada da Vara Criminal de Paragominas, ocasião em que a assessora técnica Noemy Carvalho apresentou ferramentas do sistema PJE que possibilitam um melhor manuseio e incremento da prestação jurisdicional.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Na mesma data, às 14:30h, foi promovido um workshop ministrado pelo servidor Gleison Gomes, Coordenador do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA, que demonstrou e esclareceu as ferramentas disponíveis no Painel de Gestão Judiciária para melhor gerenciamento dos índices estatísticos da Unidade. Houve demonstração da possibilidade de extração da listagem de processos que se encontram paralisados em Gabinete e Secretaria para depuração.



Situação identificada durante o workshop é a existência de decisões concedendo medidas protetivas que foram cadastradas com o código incorreto no sistema PJE, gerando incongruências, há processos em PP+100, inclusive inquiridos, com paralisação há mais de 1.000 dias, em tramitação no sistema Libra, embora no referido sistema conste registro de migração ao PJE (ex. 00105091320178140039), situação que deve ser averiguada pela Unidade, através de formalização de expediente ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística.

Como providência da situação constatada, **sugere-se** a expedição de ofício à Direção do Fórum da Comarca de Paragominas para que recomende aos Juízos da Comarca que, por ocasião da concessão de medidas protetivas durante o plantão judiciário, não descurem do cadastramento dos códigos corretos da TPU do sistema PJE nas respectivas decisões,





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

considerando que o cadastro do código incorreto gerou incongruências nos dados da Vara Criminal.

No que se refere à fiscalização de custas judiciais a Vara Criminal da Comarca de Paragominas não foi fiscalizada pela SEPLAN, considerando-se que os valores dos boletos em aberto identificados eram abaixo de quinhentos reais.

Como parte dos trabalhos de inspeção correicional na Comarca, no dia 07/05/2024 o Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro e a Juíza Corregedora Ana Angélica Abdulmassih Olegário realizam visita à 13ª Seccional de Polícia Civil de Paragominas e na DEAM/DEACA/Divisão de Homicídios – Núcleo de Apoio à Investigação e na ocasião não havia réus presos nas Delegacias aguardando transferência para Casa Penal, conforme termos de visita que constarão anexos ao presente relatório.

**Registre-se**, por fim, o agradecimento da equipe de inspeção à magistrada Kátia Tatiana Amorim de Sousa, à Diretora de Secretaria Pollyana Braz Bezerra Cavalcanti e demais servidores da Unidade, pelo atendimento dos prazos, colaboração, presteza e auxílio na coleta dos dados.

#### **19. ANEXOS:**

1. Listagem com controle de processos envolvendo réus presos provisórios;
2. Listagem de processos com pendências de implantação do SEEU;
3. Relatório sintético de subcontas da Unidade;
4. Relatório de subcontas sem movimentação há mais de 03 anos;
5. Listagem de Unidades não fiscalizadas pela SEPLAN;
6. Calendário de atendimentos de advogados realizados pela magistrada;
7. Termo de visita à 13ª Seccional de Polícia Civil de Paragominas;
8. Termo de visita à DEAM/DEACA/Divisão de Homicídios – Núcleo de Apoio à Investigação;
9. Cópia do ofício n. 426/2024-SEC VCRIM – de 08/05/2024 – expedido pela magistrada titular da Vara Criminal de Paragominas ao Superintendente Regional da Polícia Civil de Paragominas;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Sendo estas as considerações resultantes dos trabalhos de inspeção realizada nos dias 07 e 08/05/2024 na Vara Criminal da Comarca de Paragominas, **submetemos** o presente relatório à **apreciação do Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, Corregedor Geral de Justiça**, para análise e considerações finais.

Paragominas, Pa, 08 de maio de 2024.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919 Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919  
Dados: 2024.08.28 13:24:39 -03'00'

**Ana Angélica Abdulmassih Olegário**

Juíza Corregedora

TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA:6619329020 6 Assinado de forma digital por TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA:6619329020  
Dados: 2024.08.28 13:08:16 -03'00'

**Tatyane Cristina Garcia da Silva**

Servidora da Corregedoria Geral